

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 61.848 - PR (2019/0275239-5)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
RECORRENTE : PAULO ROBERTO COSTA
RECORRENTE : MARICI DA SILVA AZEVEDO COSTA
RECORRENTE : ARIANNA AZEVEDO COSTA BACHMANN
RECORRENTE : SHANNI AZEVEDO COSTA BACHMANN - POR SI E REPRESENTANDO
RECORRENTE : HUMBERTO SAMPAIO DE MESQUITA - ESPÓLIO
RECORRENTE : MARCIO LEWKOWICZ
ADVOGADO : CÁSSIO QUIRINO NORBERTO - PR057219
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DESPACHO

Trata-se de recurso ordinário em mandado de segurança que está incluído entre aqueles feitos que formam a operação Lava Jato, vinculados à 13ª Vara Federal de Curitiba, e, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, a relatoria dos processos oriundos da citada operação pertence ao eminente Ministro Felix Fischer, como já definiu a Terceira Seção no julgamento do CC n. 145.705/DF.

Portanto, deve-se aplicar o art. 71 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, que dispõe que *"a distribuição da ação, do recurso ou do incidente torna preventiva a competência do relator para todos os feitos posteriores referentes ao mesmo processo ou a processo conexo, inclusive na fase de cumprimento de decisão; a distribuição do inquérito e da sindicância, bem como a realizada para efeito da concessão de fiança ou de decretação de prisão preventiva ou de qualquer diligência anterior à denúncia ou queixa, prevenirá a da ação penal"*.

Neste particular, tem-se que o Ministro Leopoldo de Arruda Raposo, Desembargador Convocado do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, está prevento para o julgamento dos casos relativos à operação Lava Jato, tendo em vista que assumiu o acervo do Ministro Felix Fischer em razão de sua licença para tratamento de saúde, assentando o art. 72, inciso III, do Regimento Interno deste Sodalício que *"o substituto receberá os processos que lhe forem distribuídos e os do substituído"*.

Na mesma esteira é o artigo 930 do Código de Processo Civil:

"Far-se-á a distribuição de acordo com o regimento interno do tribunal, observando-se a alternatividade, o sorteio eletrônico e a publicidade.

Parágrafo único. O primeiro recurso protocolado no tribunal tornará prevento o relator para eventual recurso subsequente interposto no mesmo processo ou em processo conexo". (Grifei.)

No mesmo sentido, já decidiu este Superior Tribunal de Justiça:

Superior Tribunal de Justiça

PROCESSO PENAL. OPERAÇÃO LAVA-JATO. PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DE RELATOR NO STJ POR INEXISTÊNCIA DE PREVENÇÃO: PREVENÇÃO CARACTERIZADA. PRELIMINAR REJEITADA. HABEAS CORPUS IMPETRADO CONTRA ATO PELO QUAL SE NEGOU SEGUIMENTO À EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA OPOSTA EM GRAU RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE, EIS QUE A IMPETRAÇÃO VISA CORRIGIR EQUÍVOCO PROCESSUAL ATRIBUÍVEL À DEFESA DO PACIENTE. WRIT NÃO CONHECIDO. RECURSO EM AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

I - Preliminar de incompetência de relatoria no STJ por inexistência de prevenção. A multiplicidade de ações, com imputações separadas, não afasta a existência de conexão, desde que constatados os requisitos de interligação entre os sujeitos e organizações envolvidas, além da vinculação probatória. Relatoria para a operação Lava-Jato já decidida no âmbito desta Corte. Conexão demonstrada no caso. Preliminar rejeitada.

II - Em grau recursal, prevendo o regimento interno do respectivo tribunal que existência de prevenção deve ser arguida até o início do julgamento, sem exigir que tal arguição seja feita por meio de exceção de incompetência, é equivocado o uso deste instrumento processual.

III - Impetrado Habeas Corpus para corrigir equívoco processual atribuível à defesa, e não para tutelar propriamente a liberdade de locomoção do Paciente, impõe-se o não conhecimento, por inadmissibilidade. IV - Agravo Regimental desprovido.

(AgRg no HC 339.340/PR, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 01/06/2017, DJe 06/06/2017.)

Logo, não se trata de redistribuição do feito, mas tão somente de respeito à norma de prevenção estabelecida legal e regimentalmente. Neste ponto, as regras atinentes ao afastamento de Ministro não derogam a aplicação daquelas relativas à prevenção.

Tanto é assim que a primeira é relativa à uma situação emergencial e momentânea. Já a prevenção é instituto legal com o objetivo de evitar decisões contraditórias.

Dada a urgência e a necessidade de um provimento jurisdicional, o Regimento Interno prevê, em seu art. 52, inciso I, que:

"O relator será substituído:

I - no caso de impedimento, ausência ou obstáculos eventuais, em se cogitando da adoção de medidas urgentes, pelo revisor, se houver, ou pelo Ministro imediato em antiguidade, no Plenário, na Corte Especial, na Seção ou na Turma, conforme a competência". (Grifei.)

Exerci a jurisdição no presente feito e no HC n. 529.565/PR (que determinou a distribuição do RMS n. 61.848/PR por prevenção) nesta capacidade, como revisor e ministro imediato em antiguidade na Quinta Turma, para a resolução da questão emergencial.

Superior Tribunal de Justiça

Contudo, nomeado substituto para tanto, natural a retomada do acervo, respeitando-se, inclusive, as normas relativas à prevenção.

Assim, ainda que a atuação deste Relator se justificasse no interregno entre o início da licença para tratamento de saúde do Ministro Felix Fischer e a definição de seu substituto, dada a situação de urgência, não há mais nenhuma razão para a manutenção dos processos oriundos da operação Lava Jato a partir da assunção do Desembargador convocado Leopoldo de Arruda Raposo.

Não faria sentido manter dois relatores em casos conexos, sobretudo referentes a uma operação complexa e de volumoso número de processos, evitando-se decisões contraditórias e mantendo-se estável, íntegra e coerente a jurisprudência desta Corte Superior nos julgamentos relativos à citada operação, conforme asseverou o eminente Ministro Felix Fischer, enquanto juízo suscitado, no CC n. 145.705/DF:

"Assim, notadamente em razão da necessidade de garantir a uniformidade e coerência dos julgados, a unidade de julgamento, bem como a fim de permitir que o Ministro Relator possa ter uma visão ampla do encadeamento dos fatos, da estrutura e atuação do suposto cartel, e do substrato probatório, estritamente nos casos relativos à Petrobrás, salvo melhor juízo, é recomendável a reunião de todos os feitos em curso neste Tribunal sob uma mesma relatoria". (Grifei.)

Assim, a previsão do art. 72 do Regimento Interno desta Corte não representa a modificação de relatoria se há prevenção do ministro substituído, na forma do art. 71 do referido diploma legal e do art. 930, parágrafo único, do Código de Processo Civil, aplicável ao caso na forma do art. 3º do Código de Processo Penal.

Matéria similar já foi debatida na Terceira Seção, oportunidade em que se questionou se todos os feitos relativos à operação Lava Jato então existentes nesta Corte Superior deveriam ser direcionados à relatoria do Ministro Felix Fischer ou se somente aqueles processos ingressados posteriormente à fixação da prevenção do respectivo ministro, e, para evitar decisões contraditórias e esvaziar por completo o próprio objetivo dos institutos da conexão e da prevenção, prevaleceu o entendimento de que todos os processos oriundos da operação Lava Jato, ainda que anteriores à decisão do CC n. 145.705/DF, deveriam ser a ele remetidos.

Veja-se:

AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. INVESTIGAÇÕES DECORRENTES DA OPERAÇÃO LAVA-JATO. CONEXÃO INTERSUBJETIVA E PROBATÓRIA. ART. 71, § 2º, DO REGIMENTO INTERNO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - RISTJ. AGRAVO DESPROVIDIDO

1. A Terceira Seção, por unanimidade de votos, conheceu do Conflito de Competência nº 145.705/DF e, com base na previsão do parágrafo 2º, do art. 71, do Regimento Interno desta Corte

Superior Tribunal de Justiça

declarou competente o Ministro Felix Fischer para processar e julgar os casos decorrentes da denominada Operação Lava-Jato, "desde que constatados os requisitos da interligação entre os sujeitos e organizações envolvidas, além da vinculação probatória".

2. Considerando que o RHC 66.126/PR interposto nesta Corte Superior se volta contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região no HC 5028873-48.2015.4.04.0000/PR, o qual aponta como autoridade impetrada o Juiz Federal Sérgio Moro, em razão de quebra de sigilo fiscal e bancário vinculada à Ação Penal n. 5011708-37.2015.4.04.7000, com nascedouro na Operação Lava-Jato, está caracterizada estreita interligação probatória e intersubjetiva apta a configurar a prevenção do Ministro Felix Fischer.

3. O acolhimento da tese de que a conexão somente poderia ser reconhecida para casos posteriores à fixação da prevenção do Ministro Felix Fischer esvaziaria completamente o instituto da conexão, possibilitando a prolusão de decisões díspares, a despeito do reconhecimento do liame subjetivo e probatório entre os procedimentos judiciais.

4. Agravo Regimental desprovido.

(AgRg no CC 148.391/DF, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 14/06/2017, DJe 27/06/2017.)

Do corpo do acórdão, colhe-se o seguinte excerto:

*"No caso concreto, o Ministro Felix Fischer tornou-se prevento para as ações conexas à Operação Lava Jato, por ter sido designado para lavrar acórdão em processos que tiveram seu nascedouro na referida operação policial, com esteio no art. 71, § 2º do Regimento Interno do STJ, que disciplina a distribuição interna de processos nesta Corte Superior. Nesse ponto, observe-se que o caput do art. 71 do Regimento Interno do STJ esclarece que a prevenção existirá para os feito posteriores **ou** processo conexos, de tal sorte que a conjunção adversativa "ou" evidencia que a conexão pode ser reconhecida a qualquer momento. Confira-se:*

[...]

Com efeito, o acolhimento da tese de que a conexão somente poderia ser reconhecida para casos posteriores à fixação da prevenção do Ministro Felix Fisher esvaziaria completamente o instituto da conexão, possibilitando a prolusão de decisões díspares, a despeito do reconhecimento do liame subjetivo e probatório entre os procedimentos judiciais".

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, verificada a prevenção, remetam-se os autos ao Ministro Leopoldo de Arruda Raposo, Desembargador Convocado do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na forma do art. 71 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça e do art. 930, parágrafo único, do Código de Processo Civil, c/c o art. 3º do Código de Processo Penal.

Publique-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator

